

MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.
CNPJ: 42.445.403/0001-94

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	151.495	189.395	247.280	192.339
Estoques	4	95.631	72.034	105.913	83.494
Partes relacionadas	6	216	234	334	1.240
Contas a receber	5	14.705	15.498	23.364	25.071
Outros ativos circulantes	5	55.113	21.860	63.664	25.683
Total do ativo circulante		317.160	299.021	440.555	327.827
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7c	2.216	29.226	2.216	29.226
Investimentos	8	124.956	4.943	-	-
Imobilizado	9	550.238	280.067	578.938	309.727
Intangível	10	30.129	35.862	30.201	35.905
Partes relacionadas	6	-	266.730	-	260.705
Outros ativos não circulantes	5	12.960	8.838	13.773	11.857
Total do ativo não circulante		720.499	625.666	625.128	647.420
Total do ativo		1.037.659	924.687	1.065.683	975.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros		Total
	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de ação	Reserva legal	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	423.036	245	(359.506)	42.719	316.494
Realização de operação de derivativos	-	-	-	-	-
Ajuste de conversão de moeda	-	-	-	-	-
Avaliação atuarial com benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Destinação dos lucros do exercício:					
Dividendos	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	14.525	14.525
Retenção de lucros	-	-	-	275.972	275.972
Saldos em 31 de dezembro de 2020	423.036	245	(359.506)	57.244	266.060
Realização de operação de derivativos	-	-	-	57.244	57.244
Ajuste de conversão de moeda	-	-	-	-	-
Avaliação atuarial com benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Destinação dos lucros do exercício:					
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	6.647	6.647
Retenção de lucros	-	-	-	126.292	126.292
Saldos em 31 de dezembro de 2021	423.036	245	(359.506)	63.891	358.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Mineração Serra Grande S.A. ("Serra Grande" ou "Companhia") tem por objetivo principal a pesquisa, prospecção, lavra e beneficiamento de minério de ouro, cuja área de operação está localizada na região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Goiás, próximo à cidade de Crixás. A Serra Grande atualmente compreende três minas mecanizadas subterrâneas: Mina III, Mina Nova (que inclui o Corpo Pequiçú), Mina Palmeiras e uma mina de superfície. **Impactos da Covid-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A disseminação do vírus levou à edição, pelo Congresso Nacional, do Decreto Legislativo nº 06/2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública em todo território nacional, sem prejuízo das demais recomendações normativas da OMS. Nesse contexto, a Companhia e suas controladas vem atuando de forma a cooperar integralmente com a sociedade, mantendo sempre o compromisso com a saúde e segurança de seus empregados, familiares e comunidade. A Companhia e suas controladas, diariamente, avaliam a evolução da situação do COVID-19 no país, quanto nas unidades administrativas e operacionais. Por meio do Comitê de Crise, todas as atividades não sendo tomadas para o estabelecimento de medidas de prevenção adequadas para proteger seus colaboradores e operações. Em termos financeiros, a Companhia fez doações destinadas tanto para reduzir os riscos de contágio da população pelo COVID-19 como para proporcionar melhores condições para o tratamento. A Mineração Serra Grande outorgou R\$ 51 como apoio no combate à COVID-19 para hospitais públicos, instituições de saúde e projetos sociais da cidade de Crixás no estado de Goiás, que foi utilizado, entre outros, para compra de respiradores. Além disso a Companhia incorreu em gastos adicionais em decorrência do abastecimento devido a pandemia no total de R\$ 158.588. A operação da Companhia e suas controladas vem sendo executada de forma efetiva e continuada em todas as unidades. A Administração vem monitorando as atividades da Companhia e suas controladas e, até o momento, não foi necessária nenhuma renegociação com fornecedores. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas, também, implementaram o modelo de "home-office" para as atividades administrativas. A Administração concluiu que não houve qualquer aumento significativo no risco de crédito em relação às Contas a Receber de clientes que pudesse justificar qualquer impacto na provisão para perdas de créditos esperadas, bem como a necessidade, neste momento, de qualquer divulgação adicional sobre o impacto da pandemia da COVID-19 em relação aos recebíveis da Companhia e suas controladas.

2. Políticas contábeis: **2.1. Base de apresentação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia considerou a Orientação Técnica OPCO 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 18 de abril de 2022. **(a) Base de mensuração:** as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados ativos e passivos financeiros, os quais, quando aplicável, são mensurados pelo valor justo. **(b) Moeda funcional e de apresentação:** a Administração da Companhia definiu que a moeda funcional é o dólar norte-americano, pois melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida e a forma como a Companhia é administrada. A moeda funcional das demais empresas controladas e coligadas é o Real. As demonstrações financeiras estão sendo preparadas em reais, convertendo-se os valores de moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento do ano para ativos e passivos, taxa média anual para as contas de resultado, sendo o patrimônio líquido mantido a valor histórico de formação. **(c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação de reservas e vida útil do ativo imobilizado, análises de perda do valor recuperável de ativos de longo prazo e provisões, principalmente as de recuperação ambiental/desmobilização de ativos e demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. **2.2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas descritas. Nota Explicativa nº 8 e seguintes e mesmo período de fechamento contábil e práticas contábeis. **2.3. Sumário das principais práticas contábeis:** (a) Redução ao valor recuperável de ativos: os ativos não financeiros de longo prazo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Os ativos de longo prazo que eventualmente sofrerem redução serão revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço. No exercício de 2021 foram identificados indicadores de impairment, os cálculos foram efetuados e não identificou-se a necessidade de constituir provisão para desvalorização dos ativos. (b) Benefícios a empregados: (i) Benefícios a empregados (pós-emprego): a Companhia é patrocinadora de planos de pensão nas modalidades de contribuição definida e benefício definido administrado pelo Bradesco Previdência e Seguros S.A. O "plano suplementar" é opcional, com contribuições dos empregados que variam de 3% a 5% do salário nominal. A Companhia efetua contribuições adicionais de 50% da contribuição efetuada pelo empregado. Esse plano proporcionará geração de poupança corrigida mensalmente pela variação da quota do respectivo fundo de investimento. Adicionalmente, a Companhia patrocina uma gratificação de aposentadoria conforme previsto na convenção coletiva de trabalho. Aos empregados que se aposentarem será concedida gratificação, a ser paga quando do efetivo desligamento, limitada ao máximo de dois salários base, quando do atendimento de determinadas condições. O passivo atuarial refere-se às reservas técnicas para cobertura dos desembolsos futuros relacionados à modalidade de benefício definido. Os resultados atuariais decorrentes dos ativos ou passivos atuariais calculados são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. (ii) Pagamentos baseados em ações: os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações da controladora AngloGold Ashanti Ltd.; (iii) Participação no resultado: a Companhia adota a política de participação nos resultados, tendo como base o cumprimento de metas de desempenho individual, de área de atuação e desempenho da Companhia. A contrapartida é provisionada e registrada como custos de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado em atividades produtivas ou administrativas, respectivamente. **(c) Gasto de exploração de recursos minerais:** os gastos de exploração são reconhecidos no resultado como despesas operacionais quando incorridos. **(d) Provisão com obrigações de reparação ambiental e desativação de ativos:** a Companhia reconhece provisão para custos de desativação de ativos e reparação ambiental decorrentes das atividades minerárias, com base no valor presente dos custos esperados para reparação e desativação de ativos e áreas referentes as atividades minerárias utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos e reparação ambiental. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos totais estimados de desativação de ativos e reparação ambiental são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo. Outras práticas contábeis relevantes estão sendo apresentadas juntamente com as demais notas explicativas. **2.4. Novos pronunciamentos contábeis, alterações e interpretações de norma:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificação de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende avaliar os expedientes práticos nos períodos futuros e eles se tornarem obrigatórios. • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19: O novo CPC para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados com consequência direta da pandemia Covid-19. A Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: a Companhia não adotou o expediente prático das alterações do CPC 06 (R2). As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** A IFRS 17 trouxe alterações iniciais a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetam sua classificação. As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações na direção na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes exigirem a reclassificação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábil. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento de materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Pratico Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	12	12	15	15
Bancos conta movimento	141.183	162.350	141.369	162.594
Aplicações financeiras (i)	10.300	27.033	105.896	29.730
	151.495	189.395	247.280	192.339

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, remunerados a taxa média de 90,41 do CDI (96,32% do CDI em 2020), com liquidez diária.

4. Estoques

Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos de produção, apropriados pelo método de custo médio. O valor líquido de realização dos estoques corresponde ao preço de venda estimado, deduzido de todos os custos para conclusão e custos necessários para realização da venda. A Companhia estima e reconhece provisão para perda de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Produtos em elaboração - Ouro	7.940	4.042	7.940	4.042
Produtos em acabados	12.208	3.802	12.208	3.800
Suprimentos e materiais de consumo	71.513	62.444	71.513	62.444
Provisão para perdas (a)	(1.522)	(2.612)	(1.522)	(2.612)
Ativos a comercializar - atividade imobiliária	-	-	10.282	11.460
Ajustes de conversão	5.492	4.360	5.492	4.360
	95.631	72.034	105.913	83.494

(a) Foram constituídas provisões para perdas em estoques relativos aos materiais de suprimentos que se encontram sem condições de utilização. No exercício, a movimentação líquida da provisão para perda com estoque foi uma reversão de R\$ 1.089 e em 2020 foi uma constituição de R\$ 1.835.

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	11	114.971	67.436	117.654	67.750
Obrigações sociais e fiscais	12	23.078	145.231	33.063	147.324
Arrendamentos	11	5.850	9.007	5.850	9.007
Provisões	13	1.810	1.950	1.810	1.950
Partes relacionadas	6	6.591	1.841	6.591	1.841
Outros passivos circulantes	10	5.962	5.651	5.962	5.649
Total do passivo circulante		157.982	231.116	170.930	233.521
Não circulante					
Provisões	13	114.806	107.727	118.649	111.725
Arrendamentos	11	5.020	3.083	5.020	3.083
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7c	-	-	6.188	6.517
Partes relacionadas	6	1.549	1.753	6.574	39.393
Total do passivo não circulante		121.375	112.563	136.731	160.718
Total do passivo		279.357	343.679	307.661	394.239
Patrimônio líquido					
Capital social	14	423.036	423.036	423.036	423.036
Reservas		92.982	(39.557)	92.982	(39.557)
Outros resultados abrangentes		242.904	197.929	242.904	197.929
Total do patrimônio líquido		758.922	581.008	758.922	581.008
Total do passivo e patrimônio líquido		1.037.659	924.687	1.065.683	975.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida de vendas	15	810.854	1.078.843	954.616	1.083.964
Custo dos produtos vendidos	16	(527.187)	(455.588)	(531.120)	(455.673)
Lucro bruto		283.667	623.255	423.496	628.291
Despesas gerais e administrativas	16	(239.162)	(148.037)	(254.692)	(161.058)
Equivalência patrimonial	8	119.926	(8.539)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais,					
líquidas	17	(17.815)	(11.150)	(17.870)	(11.154)
Resultado financeiro	18	14.149	26.973	14.760	26.337
Lucro antes dos impostos sobre os lucros		160.765	482.502	165.694	482.716
Impostos sobre o lucro	7a	(27.826)	(192.005)	(32.755)	(192.219)
Lucro líquido do exercício		132.939	290.497	132.939	290.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		132.939	290.497	132.939	290.497
Efeito de conversão para moeda de apresentação		43.402	79.676	43.402	79.676
Ganho atuarial líquido do imposto de renda diferido		1.548	1.099	1.548	1.099
Efeito de realização das operações de derivativos		25	(768)	25	(768)
Total do resultado abrangente do exercício		177.914	370.504	177.914	370.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido antes dos impostos sobre o lucro		160.765	482.502	165.694	482.716
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes dos impostos sobre o lucro:					
Depreciação e amortização		60.004	51.641	60.560	52.367
Variações em provisões		(449)	5.849	(1.260)	5.061
Resultado de equivalência patrimonial		(119.926)	8.539	-	-
Juros partes relacionadas, líquido		(1.107)	302	92	1.389
Juros arrendamentos		1.461	1.045	1.461	1.045
Baixa de imobilizado e intangível		2.171	748	2.719	748
Fluxo de capital de giro		(113.387)	(92.893)	(140.443)	(92.433)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		(10.468)	457.733	88.823	450.893
Atividades de investimentos					
Adições em imobilizado e intangível		(292.280)	(52.536)	(292.452)	(52.536)
Fl					

MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A. - CNPJ: 42.445.403/0001-94

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

sendo de probabilidade de perda possível, no montante de aproximadamente R\$ 93.065 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 74.195 em 2020), para as quais nenhuma provisão foi constituída. Em 2021, a movimentação líquida da provisão para restauração ambiental e contingências foi de R\$ 6.784 (R\$ 8.245 em 2020).

14. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social estava representado por 2.000.000 ações ordinárias, normativas e sem valor nominal.

	Ações ordinárias	
	2021	2020
AngloGold South America Ltd (controladora em última instância)	1.999.999	
Camilo de Lelis Farace	1	
	2.000.000	

b) **Reserva legal:** É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do Capital Social. c) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Referem-se à: (i) Variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional da Companhia, o Dólar norte-americano, para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, que é o Real; (ii) Ganhos (perdas) atuariais; (iii) Efeitos da realização da operação de derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, liquidados em 2009. Tal montante vem sendo amortizado com base nas unidades produzidas pela Companhia. d) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** A Administração da Companhia decidiu por destinar, da reserva de lucros retidos, o montante de R\$ 109.494 a título de dividendos em 2020 e em 2021 não ocorreu remessa de dividendos. A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido anual ajustado. A distribuição dos resultados dos exercícios está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	132.939	290.497
Constituição de reserva legal	(6.647)	(14.525)
Lucro base ajustado para distribuição de dividendos	126.292	275.972
Dividendos distribuídos e pagos no exercício	-	(109.494)

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia mantém dividendos a distribuir que serão avaliados durante o ano de 2022. e) **Outros resultados abrangentes:** Refere-se às variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional da Companhia, o Dólar Norte-americano, para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, o Real.

15. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Venda de ouro	818.583	1.088.965	818.583	1.088.965
Venda de prata	158	688	158	688
Revenda de mercadorias e outras	2.913	869	2.913	869
Receita Imobiliárias	-	-	149.324	5.333
Impostos incidentes sobre as vendas	(10.800)	(11.679)	(16.362)	(11.891)
	810.854	1.078.843	954.616	1.083.964

As receitas decorrentes da venda de mercadorias são reconhecidas no momento em que o comprador possui o controle do ativo inerente à propriedade dos produtos e mercadorias, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Em 31 de dezembro de 2021, a concentração nos quatro principais clientes de venda de ouro é de 99,7% do total da receita (99,8% em 31 de dezembro de 2020).

16. Informação sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mão de obra	131.801	126.077	134.913	129.002
Materiais	239.537	191.443	240.895	191.520
Serviços	302.606	199.251	314.305	201.729
Depreciação e amortização	60.004	51.641	60.560	52.367
Impostos	13.047	17.798	13.047	17.798
Restauração ambiental e contingência	8.845	7.994	8.684	7.838
Provisão para perda de ICMS	(9.060)	(5.967)	(9.060)	(5.967)
Pesquisa e desenvolvimento	19.569	15.388	19.570	15.388
Outros	-	-	2.898	7.056
	766.349	603.625	785.812	616.731
Custo dos produtos vendidos	527.187	455.588	531.120	455.673
Despesas gerais e administrativas	239.162	148.037	254.692	161.058
	766.349	603.625	785.812	616.731

17. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesa com plano de previdência	(1.582)	(1.623)	(1.573)	(1.617)
Seguros	(7.154)	(4.472)	(7.157)	(4.474)
Royalties	(5.695)	(5.747)	(5.695)	(5.747)
Ganho (perda) na alienação de ativos	(960)	1.071	(960)	1.071
Outras	(2.424)	(379)	(2.485)	(387)
	(17.815)	(11.150)	(17.870)	(11.154)

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Juros empréstimos e financiamentos	(346)	(30)	(1.545)	(708)
Juros partes relacionadas	-	(1.409)	(1.759)	(2.496)
Despesa de ajuste a valor presente	(567)	(698)	(567)	(698)
Juros sobre arrendamentos	(1.480)	(1.045)	(1.480)	(1.045)
Outras despesas financeiras	(1.249)	(78)	(1.329)	(279)
	(3.642)	(3.260)	(6.680)	(5.226)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	2.008	904	2.919	967
Juros partes relacionadas	3.143	1.107	3.143	1.107
Ganhos cambiais e atualização monetária	12.640	28.217	12.646	28.207
Outras receitas financeiras	-	5	2.732	1.592
	17.791	30.233	21.440	31.863
	14.149	26.973	14.760	26.637

Saldo líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado com base no método da taxa de juros efetiva.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: a) **Gerenciamento dos instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é realizada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requer considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa (valor justo), contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos (passivo financeiro ao custo amortizado). Os valores justos dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros da empresa registrados e valor justo são considerados como Nível 2 na Hierarquia de Valor Justo. b) **Gestão de risco financeiro:** A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A Companhia está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se: i) **Risco de liquidez:** O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelo departamento financeiro, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. ii) **Risco de crédito:** O risco de crédito está associado principalmente às suas aplicações financeiras e valores a receber das operações. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento. iii) **Risco de moeda estrangeira:** O principal objetivo da Companhia é a venda de ouro, cotada exclusivamente em Dólar norte-americano. A maior parte de seus saldos de captação de recursos e caixa também é denominada em Dólar norte-americano. Uma parcela significativa dos custos e investimentos da Companhia é em Reais. Conseqüentemente, os resultados financeiros da Companhia podem ser afetados pelas variações na taxa de câmbio entre o Dólar norte-americano e essas outras moedas. Não há um impacto relevante direto no patrimônio líquido da Companhia.

	2021	2020
10% aumento da moeda brasileira	(3.490)	14.444
10% redução da moeda brasileira	3.490	(14.444)

iv) **Risco de taxa de juros:** É o risco de que o valor justo ou o fluxo de caixa futuro de determinado instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os empréstimos concedidos são substancialmente indexados à variação da Libor. O risco inerente surge da possibilidade de existir redução relevante na Libor, isso porque a redução da taxa de juros poderá impactar o valor do ativo afetando assim o fluxo de recebimentos futuros da Companhia. **Análise de sensibilidade da taxa de juros:** Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos concedidos com receitas financeiras variáveis vinculados a Libor, que descreve o risco de eventuais prejuízos para a Companhia em cenários de redução da taxa Libor. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não tinha exposição relevante ao risco de mudanças na taxa da SELIC e Libor.

20. Seguros: Os principais seguros vigentes em 31 de dezembro de 2021 que têm vencimentos em março de 2022 estão demonstrados a seguir:

Ramo	MSG	MMV
Risco operacional	1.120.064	4.070
Metals (i)	530.090	-
Transporte nacional	3.000	-
Transporte internacional (ii)	3.000	-
Vida em grupo	5.300	5.300
Responsabilidade civil geral	6.000	6.000
Veículos (iii)	990	990
Acidentes pessoais coletivos	313	313
(i) Apólice controlada pela Matriz; (ii) Valores expressos em Dólar Americano; (iii) Valores expressos por veículo		

DIRETORIA

Fernando de Mendonça Gurgel - Diretor Presidente
 Jorge Luis Benavente Risco - Diretor de Recursos Humanos
 Lauro Angelo Dias de Amorim - Diretor Sustentabilidade e Assuntos Corporativos
 Claudio Afonseca Soltero de Menezes - Diretor Projetos

CONTADOR RESPONSÁVEL

Julia Rocha Lloyd
 CRC/MG 103.815/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da
 Mineração Serra Grande S.A.
 Crixás - GO

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mineração Serra Grande S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mineração Serra Grande S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/O-6

Tomás Menezes
 Contador CRC-1MG090648/O-0